



# **RELATÓRIO DETALHAMENTO DAS ÊNFASES**

ASSEMBLEIA

FISCALIZA

2023/2024

(1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024)



Secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias  
**Pedro Bruno Barros de Souza**

Secretário Adjunto  
Pedro Calixto Alves de Lima

Chefe de Gabinete  
Carolina Rocha Vespúcio

Subsecretária de Estado de Concessões e Parcerias  
Fernanda Alen Gonçalves da Silva

Subsecretário de Estado de Transportes e Mobilidade  
Aaron Duarte Dalla

Subsecretário de Estado de Obras e Infraestrutura  
Breno Longobucco

Subsecretária de Estado de Edificações  
Débora Dias do Carmo

Subsecretário de Estado de Regulação de Transportes  
José Barreto de Andrade Neto

Diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Estado de Minas  
Gerais  
**Rodrigo Rodrigues Tavares**

Diretor-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo  
Horizonte  
**Marcus Vinícius Mota de Meira Lopes**



## INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta as principais ações realizadas no período de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024 pela Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra) e suas autarquias vinculadas, o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) e as Agências de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH) e da Região Metropolitana do Vale do Aço (ARMVA), com foco no detalhamento das ênfases definidas pelas Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Assuntos Municipais e Regionalização, quais sejam:

- Perspectivas para a criação da Agência Reguladora do Transporte do Estado de Minas Gerais.
- Situação da ampliação da malha ferroviária em Minas Gerais, contemplando tanto a busca de recursos para o Estado advindos das renovações antecipadas das concessões ferroviárias que operam em Minas Gerais, incluindo rediscussões contratuais atualmente em curso, quanto às ações relativas à implementação do Plano Estratégico Ferroviário – PEF. Tendo em vista o excesso de veículos de carga que poderiam estar utilizando as linhas férreas e, assim, preservando as rodovias.
- Informações sobre o andamento da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sobre os processos inconclusos e sobre a previsão de conclusão.
- Concessão das rodovias estaduais e a cobrança de pedágios.



## 1. PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Considerando o vultoso aporte de investimentos estaduais nos projetos de parceria público-privadas, o potencial do retorno concedido à sociedade por meio da gestão e regulação assertiva dessas iniciativas, a criação da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (ARTEMIG) – a exemplo do que ocorre em outras instâncias de governo, como Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) – propicia a criação de um ambiente estável e atrativo para os investimentos privados, sob os auspícios da segurança jurídica, tendo sempre por égide a qualidade e excelência do serviço prestado ao usuário, sem deslegitimar a modicidade tarifária e o interesse público.

O processo de criação da proposta, iniciado em abril de 2021, levou em consideração a realização de Audiências Públicas, os apontamentos oriundos de consultoria do Banco Mundial e ampla discussão entre a Seinfra e entidades correlatas à temática, como a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH), a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG); o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado de Minas Gerais (SINDPAS) e a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado de Minas Gerais (FETRAM).

Diante da celebração dos novos contratos e da necessidade de se aperfeiçoar os processos de gestão e regulação, emerge o atual desafio, que compreende o conjunto de processos, metodologias e recursos que permitem o bom desenvolvimento do projeto desde sua contratação até o fim de sua vida operacional. Até 2018, a Seinfra fazia a gestão dos contratos das concessões da MG-050 e da BR-135, da Balsa Manga-Matias Cardoso e do Aeroporto Regional da Zona da Mata. Em 2023 somam-se os contratos do Lote 1 - Triângulo Mineiro; Lote 2 - Sul de Minas; Lote 3 - Varginha - Furnas; Rodoanel; Metrô; e Aeroporto da Pampulha.

A responsabilidade do Governo pela boa gestão de projetos de Parcerias Público-Privadas - PPPs - e concessões não termina com a elaboração do projeto e a assinatura do contrato. Uma gestão eficiente é necessária em todas as fases do ciclo de vida dos projetos, sendo a etapa mais extensa, precisamente, a que resulta da gestão e da regulação do contrato, mas, ao mesmo tempo, é aquela para a qual a maioria das administrações são menos preparadas ou planejadas. As PPPs e concessões são um investimento público e a continuidade dos avanços envolve gerenciar adequadamente o contrato.

Nesse sentido, tal modelo de gestão, via órgão autônomo, independente, neutro e técnico propicia equalização das falhas de mercado, garantia do cumprimento das normas aplicadas e da matriz de risco, a garantia de proteção dos direitos dos usuários, a melhoria da prestação desses serviços e a equidade na do acesso aos usuários.

Após a reforma administrativa do Poder Executivo do Estado, estabelecida pela Lei nº 24.313/23, a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - Seinfra - instituiu a Subsecretaria de Regulação de Transportes, que vem atuando como embrião de tal Agência no Estado, estruturando os processos de regulação e aprimorando os fluxos de fiscalização dos contratos.

Atualmente o projeto de lei se encontra em revisão, considerando as significativas mudanças trazidas na estrutura do DER-MG e da Seinfra pela Lei nº 24.313/23, a fim de que seja submetido à nova apreciação da ALMG nos próximos meses.



## 2. O SETOR FERROVIÁRIO EM MINAS GERAIS: AÇÕES E PERSPECTIVAS

### O papel do Estado de Minas Gerais na ampliação da malha ferroviária em território mineiro

Com uma malha ferroviária de aproximadamente 5.000 quilômetros, atravessando cerca de 180 municípios mineiros, Minas Gerais é o primeiro estado do país em extensão de malha ferroviária, respondendo por cerca de 16,3% de toda a rede nacional de ferrovias. O estado está localizado em uma posição geográfica estratégica para o escoamento da produção de grãos e mineração, com ligação aos maiores complexos portuários do Sudeste.

Todo esse protagonismo, entretanto, traz consigo um grande desafio: o enfrentamento do abandono de trechos e ramais ferroviários. Nesse sentido, tem sido realizado um grande esforço para atualizar o arcabouço jurídico que regula esse modal e, assim, atrair investimentos para a manutenção das ferrovias existentes e ampliação da malha ferroviária.

Com efeito, a Emenda Constitucional n.º 105/2020 alterou a redação do art. 10 do texto para possibilitar, de forma pioneira no Brasil, que empreendedores privados fossem autorizados a construir, recuperar e operar ferrovias por sua conta e risco.

O mesmo mandamento legal introduziu, ainda, o §5º ao art. 231, que trata do fomento ao desenvolvimento econômico do Estado, o qual passou a prever a instituição de plano estratégico de transportes, com a programação de investimentos no prazo mínimo de quinze anos, a contar de sua instituição, com a integração eficiente entre os diferentes modais de transporte, incluindo o ferroviário, e a articulação com planos federais e municipais vigentes, que ora se põe em destaque:

*Art. 10 – Compete ao Estado: (...)*

*IX – explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de transporte rodoviário estadual de passageiros e de transporte aquaviário que não transponham os limites de seu território, e diretamente, ou mediante concessão, permissão ou autorização, a infraestrutura e os serviços de transporte ferroviário que não transponham os limites de seu território;*

*Art. 231 – O Estado, para fomentar o desenvolvimento econômico, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição, estabelecerá e executará o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que será proposto pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e aprovado em lei. (...)*

*§ 5º – Como subsídio ao plano a que se refere o caput, o Estado instituirá um plano estratégico de transportes, que conterà programação de investimentos para o prazo mínimo de quinze anos a contar da data de sua instituição, estabelecerá diretrizes para o planejamento das ações governamentais e a elaboração do orçamento do Estado e terá como princípios:*

*I – a integração eficiente entre os modais de transporte aéreo, aquaviário, ferroviário e rodoviário;*



*II – a eficiência econômica, a sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social e o estímulo à livre concorrência;*

*III – a articulação com os planos federais e municipais de transporte vigentes.*

No mesmo período, foi sancionada a Lei Estadual n.º 23.748/2020, que dispõe sobre a política estadual de transporte ferroviário e o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário e que, em seu art. 5º, estabeleceu o Plano Estratégico Ferroviário do Estado – PEF como um dos instrumentos da política estadual de transporte ferroviário, com a menção dos critérios a serem englobados pelo Sistema Estadual de Transporte Ferroviário.

Nessa esteira, cumpre destacar a publicação do Decreto Estadual n.º 48.202, de 8 de junho de 2021, que regulamentou o regime de autorização para a exploração de infraestrutura e dos serviços ferroviários no Estado, com potencial para proporcionar o aumento do nível de investimentos no setor ferroviário e impulsionar o desenvolvimento da infraestrutura existente no Estado, além de promover um avanço na gestão ferroviária, quebrando um paradigma de modelos únicos de concessão. Isso porque o regime de autorização simplifica os procedimentos para que os investimentos no modal ferroviário sejam realizados.

A exploração das *shortlines* por meio de autorização governamental, inspirada no modelo americano, possibilita o aproveitamento de ferrovias abandonadas e a construção de novas linhas de uma forma mais simplificada para os empreendedores privados. Tanto assim que, após o novo arcabouço legislativo, o estado mineiro recebeu sinalizações de interessados em explorar alguns trechos, dentre os quais destacam-se Lavras-Varginha e Araçuaí-Salinas. Este último, seria parte de um projeto mais amplo de reativação da ferrovia Minas-Bahia, ligando Caravelas, na Bahia, até Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha.

Outro trecho de destaque, com grande potencial econômico, é o que se situa entre Pirapora e Unaí, com 308 quilômetros de extensão. A implantação dessa ferrovia e a sua conexão com a linha atual da FCA fez parte dos estudos do PEF e é de grande interesse dos mineiros, pois a mesorregião Noroeste é uma importante área importadora de fertilizantes e exportadora de grãos, os chamados granéis sólidos agrícolas.

O Noroeste Mineiro é apontado como a nova fronteira agrícola do país, tendo a ferrovia como uma das principais engrenagens, uma vez que este meio de transporte é essencial para o escoamento da produção agrícola e também para a remineralização do solo, o que permitiria converter áreas degradadas de cerrado não produtivo em solo agricultável, com grande potencial para alavancar as exportações brasileiras.

O governo de Minas Gerais vem realizando reuniões com a VLI e o Governo Federal para que esse trecho seja incluído e priorizado no caderno de encargos da renovação antecipada da Ferrovia Centro Atlântico - FCA. Atualmente, há sinalização de que a empresa terá a obrigação de realizar estudos de viabilidade econômico-financeiro a cada 3 anos. Caso os estudos apontem pela viabilidade, a implantação do trecho seria obrigatória.



## O esforço em prol da estruturação de um Plano Estratégico Ferroviário que atenda às necessidades do Estado de Minas Gerais

O Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais - PEF é fruto do Acordo de Cooperação Técnica - ACT firmado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da SEINFRA, e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF, em 18 de outubro de 2019, que estabeleceu a mútua cooperação entre os partícipes visando o desenvolvimento de estudos técnicos para subsídio da formulação do PEF.

O PEF apresentou uma série de estudos preliminares, originários de propostas advindas de diferentes entidades representantes da sociedade mineira, tendo o apoio da ANTF, em parceria e com acompanhamento da SEINFRA, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - ARMBH, e da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, através da Comissão Pró-Ferrovias Mineiras.

A celebração do acordo levou em conta as possibilidades decorrentes do desenvolvimento do transporte ferroviário, sobretudo no Estado de Minas Gerais, que conta com uma das maiores extensões de malha ferroviária do país. Além disso, foi observado componente logístico fundamental do modal para a competitividade econômica das mais diversas atividades produtivas do estado, e a implicação de sua otimização em melhores condições para o desenvolvimento da atividade econômica, competitividade e incentivos sociais, além do âmbito cultural e histórico.

O PEF, conforme aponta o aludido ACT, teve como objetivo avaliar o modal ferroviário existente e as potencialidades da malha ferroviária do Estado de Minas Gerais, fornecendo estudos que contemplem a análise de viabilidade para implantação de ações e projetos, de modo a assessorar o governo do Estado no planejamento de curto, médio e longo prazo para a definição das ações prioritárias governamentais em relação à malha ferroviária.

Os estudos foram elaborados pela equipe do Núcleo de Infraestrutura, Logística e *Supply Chain* da Fundação Dom Cabral (FDC), instituição contratada pela ANTF, com o apoio técnico-científico da Systra Engenharia e Consultoria Ltda., ECG Arquitetura e Engenharia Ltda., Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais (FCM) e Fundação João Pinheiro (FJP).

Dentre as ações realizadas, verificou-se, por meio de uma avaliação multicriterial, a estimativa preliminar de investimentos necessários (CAPEX) e a viabilidade operacional *stand alone* (autossuficientes) e investimentos correntes (OPEX), a partir da análise do aproveitamento de linhas paralisadas ou consideradas inviáveis, em modelo regulatório alternativo, visando ao desenvolvimento de novos serviços de cargas e/ou passageiros no modelo *short line*, avaliação de linhas para transporte de cargas, janelas de tempo potenciais em linhas prioritárias, realização de diagnóstico situacional do sistema ferroviário atual até o ano de 2035, incluindo a integração com outros modais de transporte, e avaliação dos impactos de intervenção em custos e emissões de CO<sup>2</sup>.

Nesse período, além de ser tema de inúmeras audiências públicas da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o PEF contou com a



realização de 05 (cinco) workshops, tornando-se um plano construído com a participação de todos os interessados no segmento ferroviário no Estado, de órgãos do governo federal e de outras Unidades da Federação, que acompanharam e apresentaram seus questionamentos e contribuições ao longo dos eventos, que em sua maioria foram realizados de forma virtual, fator que propiciou maior acesso aos interessados.

Além de ter sido institucionalizado pela Lei Estadual n.º 23.748/2020, o PEF ganhou repercussão nacional e hoje é referência para os demais estados que seguem os passos de Minas Gerais, que estava diante da renovação das concessões ferroviárias da MRS Logística S/A e Ferrovia Centro-Atlântica S/A - FCA, que concentram cerca de 47% de toda a malha concedida nos limites do estado mineiro.

Graças ao PEF, Minas Gerais tem apresentado junto ao governo federal pleitos robustos, amparados em estudos técnicos, que demonstram suas vantagens para o Estado e para todo o modal ferroviário do país, se tornando assim, um instrumento essencial nas discussões acerca da destinação dos investimentos oriundos das outorgas ferroviárias.

Buscando avançar no detalhamento de alguns projetos relevantes apontados no PEF, a partir de 2022, foram iniciados estudos complementares pela Fundação Dom Cabral, por meio da celebração do Contrato de Prestação de Serviços n.º 003/2021, visando, além dos desdobramentos de temas já explorados, a abordagem de cenários logísticos, em especial:

- Aprofundamento dos estudos do projeto ferroviário para o noroeste mineiro com o desdobramento da origem e destino das cargas captadas por aquele projeto e seus impactos nos carregamentos previstos nos estudos da FIOI, FICO e no Tramo Central da Ferrovia Norte Sul, concedida à Rumo Logística;
- Desdobramento dos estudos do Ferroanel na região metropolitana, considerando que a ampliação da capacidade de cargas dos trechos estudados pode ocasionar gargalos na malha que cruza a região metropolitana rumo aos Portos do Espírito Santo e Rio de Janeiro;
- Construção de cenários multimodais considerando plataformas logísticas e outros elementos logísticos que promovam a integração dos modos de transportes em Minas Gerais, incluindo identificação de projetos a serem considerados como apropriados para a implantação de *short lines*;
- Construção de um sistema de gestão da malha ferroviária, com o acompanhamento e controle dos projetos ferroviários, em Minas Gerais, incluindo-se aqui as *short lines* implementadas, sob o conceito de *Dashboards* em *Power BI*.

Os últimos produtos relativos ao contrato foram entregues no dia 22 de agosto de 2023, complementados em 27 de outubro de 2023 e validados em 10 de junho de 2024. Eles permitirão avançar com prospecção e atração de investimentos nas ferrovias mineiras, mantendo o pioneirismo do Estado nesse setor. Entre os produtos entregues estão:

- ⌘ Relatório do Estudo Complementar do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais - PEF Minas, de caráter textual, contendo todos os arquivos relativos ao desenvolvimento das atividades, acompanhado de texto, fotos, mapas, ilustrações, referências bibliográficas;



- ∓ Portfólio de Propostas, contendo a relação das propostas analisadas, acompanhadas dos dados mais relevantes de forma resumida;
- ∓ Apresentação dos Estudos, de caráter sintetizador, no aplicativo *Power Point*, contendo de forma resumida todo o conteúdo do trabalho desenvolvido;
- ∓ Sistema de gestão da malha ferroviária e *short lines* - *Dashboards* em *Power BI*, hospedado no site da SEINFRA, com treinamento a até 05 (cinco) servidores; e
- ∓ Base de dados e arquivos técnicos, incluindo entre estes arquivos de redes, matrizes e zoneamento.

### **Atração de investimentos para Minas, por meio da renovação da concessão da MRS (competência da União)**

Em 2022 foi assinada pela União a prorrogação do contrato de concessão ferroviária da MRS Logística por mais 30 anos. A aprovação antecipada ocorreu após análise de estudos técnicos e documentos jurídicos. A empresa é responsável pela malha da região Sudeste desde 1996, possui autorização para gerenciar a ferrovia até 2026 e posteriormente, em novo contrato, ficará responsável até 2056.

Entre as medidas previstas no contrato estão novos investimentos que irão proporcionar a diversificação de cargas, maior segurança e melhoria na mobilidade urbana. Estão previstos R\$ 9,7 bilhões em investimentos na capacitação da malha ferroviária, na aquisição de ativos e em projetos de interesse público; em manutenção da capacidade de transporte, estão previstos R\$ 21 bilhões ao longo de toda a concessão; melhoria na mobilidade urbana, com cerca de R\$ 1 bilhão em investimentos em conflitos urbanos; maior equilíbrio na matriz de transporte, por meio da integração logística da região.

O plano de investimentos previstos no novo contrato foi elaborado em conjunto com o, então, Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A MRS pretende duplicar o volume de Carga Geral e multiplicar por sete o volume transportado em contêineres ao longo do novo período de contrato. Destacamos os seguintes investimentos:



**Tabela 1 – Principais Investimentos: MRS**

<b>MRS – Encargos renovação antecipada</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>INTERVENÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
Igarapé	Terminal intermodal	R\$ 322.879.714,79
Belo Horizonte (av Tereza Cristina)	Viaduto Ferroviário	R\$ 12.940.695,05
Belo Horizonte (bairro Lidéia)	Viaduto rodoviário	R\$ 57.247.830,81
Juiz de Fora (viaduto Tereza Cristina, viaduto Andradas, viaduto Coronel Vida, viaduto Araújo I e II)	Viadutos rodoviários	R\$ 77.130.333,39
Barbacena	Passagem Inferior	R\$ 2.690.963,67
Mário Campos	Viadutos rodoviários	R\$ 77.469.403,22
Congonhas	Viadutos rodoviários, passagem de pedestres,	R\$ 37.699.038,85
Conselheiro Lafaiete	Viadutos rodoviários	R\$ 21.249.490,25
Carandaí	Viadutos rodoviários	R\$ 9.971.317,77
Lagoa da Prata	Ampliação do pátio em Martins Guimarães	R\$ 3.192.080,00
Sarzedo	Passagem de pedestre	R\$ 1.949.816,94
<b>Total</b>		<b>R\$ 624.420.684,74</b>

Fonte: Seinfra.

Durante o processo de renovação da concessão, o Estado de Minas Gerais, de maneira proativa, atuou em conjunto com os municípios mineiros por meio da solicitação de sugestões de melhorias na malha. A renovação da concessão da MRS beneficiará diretamente os seguintes municípios mineiros: Antônio Carlos, Barbacena, Belo Horizonte, Belo Vale, Brumadinho, Carandaí, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ewbank da Câmara, Ibirité, Igarapé, Itabirito, Jeceaba, Juiz de Fora, Mário Campos, Matias Barbosa, Moeda, Santos Dumont e Sarzedo.

**Atração de investimentos para Minas, por meio da renovação da concessão da EFVM (competência da União)**

Os termos aditivos de prorrogação dos contratos de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) foram assinados em 18 de dezembro de 2020. A renovação antecipada dessa concessão, operada pela Vale, representa uma importante oportunidade para alavancar



investimentos e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do estado de Minas Gerais.

Com a prorrogação do contrato por mais 30 anos, a contar de 2027, a Vale assumiu compromissos de investimentos (*capex*) da ordem de R\$ 8,6 bilhões e pagará outorgas no valor de R\$ 8,3 bilhões. O programa de investimentos envolve a compra de componentes para manutenção e aquisição de material rodante (serão, no total, 367 locomotivas, 1.353 vagões e 67 carros de passageiros para as duas ferrovias), obras de duplicação, de demolição de viadutos e de solução de conflitos urbanos.

Os recursos serão aplicados em obras de melhoria da segurança da malha ferroviária, beneficiando diretamente 33 municípios mineiros. Serão construídos viadutos, passarelas, cancelas automáticas, passagens de nível inferiores, além da instalação de vedações e acessos às comunidades. Tais investimentos contribuirão para aumentar a segurança e a mobilidade urbana ao longo da ferrovia.

A renovação da concessão da EFVM também prevê a ampliação do serviço de transporte de passageiros. A partir de 2025, durante os meses de alta temporada, o trem de passageiros realizará duas viagens diárias, melhorando a oferta desse importante meio de transporte para a população. Além disso, há previsão de um aumento de 20% na capacidade de transporte de carga geral pela ferrovia, o que favorecerá o escoamento de produtos agrícolas, combustíveis e fertilizantes, fomentando o agronegócio e outros setores econômicos do estado.

Entre as cidades mineiras diretamente beneficiadas pela renovação da concessão da EFVM, destacam-se Governador Valadares, Belo Oriente, Antônio Dias, Aimorés, Resplendor, Conselheiro Pena, Tumiritinga, Santana do Paraíso, Nova Era, Itabira, Ipatinga, Timóteo e Sabará. Esses municípios receberão investimentos significativos em infraestrutura ferroviária, o que impulsionará o desenvolvimento regional, gerando empregos, renda e melhoria na qualidade de vida da população.



**Tabela 2 – Principais Investimentos: EFVM**

<b>EFVM – Renovação (outorga)</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PRINCIPAIS INTERVENÇÕES</b>	<b>VALOR</b>
Governador Valadares	Passagens inferiores, viaduto rodoviário, passarela de pedestres	R\$ 18.340.039,45
Belo Oriente	Passagens inferiores, viaduto rodoviário	R\$ 6.707.278,61
Antônio Dias	Passagens inferiores, viaduto rodoviário	R\$ 10.385.914,16
Aimorés	Viaduto rodoviário, passarela de pedestres	R\$ 11.755.558,52
Resplendor	Viaduto rodoviário, passarela de pedestres	R\$ 11.473.021,49
Conselheiro Pena	Viadutos rodoviários	R\$ 6.459.859,78
Tumiritinga	Viadutos rodoviários, passarela de pedestres	R\$ 9.353.752,18
Santana do Paraíso	Viadutos rodoviários, passarela de pedestres	R\$ 7.491.497,73
Nova Era	Viadutos rodoviários	R\$ 2.237.547,71
Itabira	Viaduto e tunel rodoviário	R\$ 9.378.840,24
Ipatinga	Passarela de pedestre	R\$ 1.255.555,93
Timóteo	Passarela de pedestre	R\$ 1.047.399,65
Sabará	Passarela de pedestre	R\$ 992.787,49
<b>Total</b>		<b>R\$ 96.879.052,94</b>

Fonte: Seinfra.

A renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas representa um marco para o desenvolvimento de Minas Gerais. Os investimentos previstos, que totalizam bilhões de reais, trarão melhorias significativas na infraestrutura ferroviária, aumentando a segurança, a mobilidade urbana e a capacidade de transporte de cargas e passageiros.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA) desempenhou um papel fundamental no processo de renovação da concessão da EFVM, atuando de forma proativa para atrair investimentos para as cidades mineiras. Por meio de articulações junto ao Governo Federal e à Vale, a SEINFRA buscou assegurar que os termos aditivos contemplassem obras e melhorias que beneficiassem diretamente a população e impulsionassem o desenvolvimento econômico do estado. Essa atuação estratégica da SEINFRA demonstra o compromisso do Governo de Minas Gerais em promover investimentos em infraestrutura, visando o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mineiros.

#### **Parcerias para desenvolvimento de pesquisas**



Tendo em vista a competência especializada da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, foi celebrado, em 27 de dezembro de 2021 o Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), pela FAPEMIG, junto à Universidade Federal de Viçosa – UFV, à Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, com a interveniência da SEINFRA, objetivando o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área do transporte ferroviário, bem como o domínio e a atualização permanente da tecnologia, garantindo parceria e colaboração com entidades, empresas e Universidades que atuam no setor.

O projeto foi recepcionado de forma muito positiva pelo meio acadêmico, assim como por todo o segmento do setor ferroviário, seja pelas empresas que atuam no setor, pelas concessionárias e/ou entidades e entes governamentais e não governamentais. Em 27 de dezembro de 2022, o projeto foi expandido por meio do envolvimento de mais 10 instituições de pesquisa, a saber: UEMG, UNIMONTES, CEFET-MG, UFMG, UFU, UFTM, UFJF, UFVJM, UFOP e SENAI. Na oportunidade foram aportados R\$609.630,00, sendo R\$200 mil de orçamento próprio da SEINFRA e o restante do orçamento da FAPEMIG.

Nesse meio tempo, as três universidades que deram início ao projeto, após um período de interlocução, conseguiram despertar o interesse do Birmingham Centre of Railway Research and Education (BCRRE) da Universidade de Birmingham, situada no Reino Unido, em firmar um Memorando de Entendimento (MOU) com o objetivo de estabelecer uma parceria entre o NDF/MG e o BCRRE para o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa, troca de conhecimentos e experiências, além da criação de oportunidades para estudantes e pesquisadores de ambas as partes, o que ensejou o envio de um documento ao Governador Romeu Zema, informando acerca do referido interesse.

O BCRRE é o maior centro de pesquisa ferroviário pertencente a uma universidade européia. Com 50 anos de operação, o BCRRE conta com mais de 180 funcionários dedicados inteiramente à pesquisa ferroviária de liderança mundial e à construção de capacidades. O centro tem mais de 100 doutorandos e 420 estudantes (incluindo 120 estudantes de mestrado no Reino Unido, 250 estudantes de pós-graduação em Cingapura e 50 estudantes de graduação no Reino Unido). O foco de pesquisa do BCRRE é impulsionado pela excelência acadêmica, relevância prática e compreensão dos requisitos da indústria para criar impacto global.

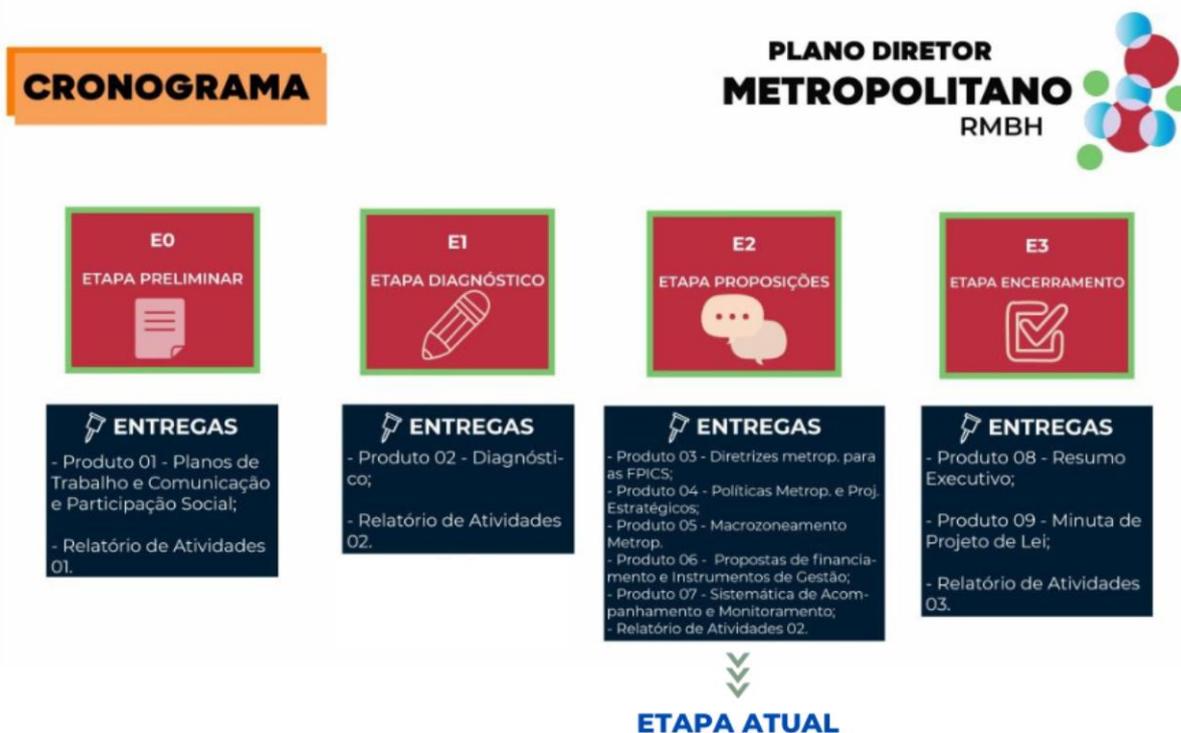
Atualmente o NDF é responsável por diversos projetos de pesquisa que em muito contribuirão com o setor ferroviário mineiro e brasileiro.

### 3. PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDDI – DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Uma das competências atribuídas à Agência RMBH, pela Lei Complementar nº 107 de 2009, é a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, o qual teve sua primeira versão publicada em 2011. Posteriormente, a Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 estabeleceu que os planos diretores de desenvolvimento integrado fossem revistos a cada dez anos. Deste modo, em cumprimento das determinações legais, a Agência RMBH deu início ao processo de atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte através da publicação do Edital de Licitação e Pregão Eletrônico nº 07/2021, o qual foi finalizado no dia 12 de novembro de 2021 com a seleção do Consórcio PDUI-RMBH Sustentável.

Após a celebração do Contrato de Prestação de Serviços nº 9314777 em 26/11/2021 e a Ordem de Início nº 01/2021 (30/11/2021) foi iniciado, de fato, o processo de atualização. Em razão da redação dada pelo Estatuto da MetrÓpole, passou-se a adotar a nomenclatura Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI RMBH.

O Termo de Referência estabelece as seguintes etapas e produtos para o processo de atualização do PDUI-RMBH:





### Etapa Preliminar - E0:

- **Produto 1 - Plano de Trabalho:** apresentação do Plano de Trabalho contendo as metodologias e ferramentas que serão utilizadas no desenvolvimento de cada um dos produtos bem como o detalhamento dos produtos e subprodutos a serem entregues. O Plano de Trabalho deve conter uma seção de Introdução, uma seção de Escopo do Trabalho, uma seção de Metodologia, uma seção com o Cronograma das Atividades, e uma seção contendo o Plano de Comunicação e Participação Social. O plano de comunicação e participação social orienta as ações meio, formato, ferramentas, público-alvo e momentos e estratégias de mobilização social, distribuição territorial dos eventos, momentos de participação social, e inserção das instâncias de governança.

### Etapa Diagnóstico - E1:

- **Produto 2 - Diagnóstico:** realização de atualização de estudos quantitativos e qualitativos, gráficos e material no qual o PDDI foi elaborado, bem como a análise setorial do estado de cada função pública de interesse comum, incluindo os eventuais planos setoriais existentes nos diferentes níveis de governo e avaliação de impacto das legislações estaduais atuais de forma a enquadrar o escopo metropolitano nas políticas públicas morando integração de esforços. O produto 02 deverá englobar ainda o mapeamento do espaço metropolitano; diagnóstico da dinâmica econômica regional; diagnóstico do processo de expansão urbana; avaliação de planejamento e das regulações urbanísticas dos municípios que integram a Região Metropolitana; atualização dos diagnósticos que dizem respeito as condições de preservação e recuperação do patrimônio cultural e ambiental, considerando o aproveitamento de recursos hídricos, provimento e eficiência dos sistemas de infraestrutura urbana; diagnóstico de cada função pública de interesse comum, contendo as responsabilidades e atribuições dos órgãos e entidades de cada esfera do governo.

### Etapa Proposições - E2:

- **Produto 3 - Diretrizes Metropolitanas para as Funções Públicas de Interesse Comum:** deve trazer expressamente para cada uma das funções públicas de interesse comum, diretrizes de curto, médio e longo prazo, bem como os indicadores de cunho metropolitano.
- **Produto 4 - Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégicos:** deve apresentar uma reorganização, reavaliação e priorização das políticas e projetos contidos no PDDI-RMBH, alinhados com diretrizes metropolitanas detalhadas e definidas no Produto 03.



- **Produto 5 - Macrozoneamento Metropolitano:** adequação da proposta de macrozoneamento entregue no Projeto de Lei Complementar nº 74/2017 deve se dar em processo participativo e conter ajustes pontuais.
- **Produto 6 - Propostas de financiamento e instrumentos de gestão metropolitana.**
- **Produto 7 - Sistemática de acompanhamento e monitoramento das disposições do PDUI-RMBH,** incluindo instituições e instâncias de governança envolvidas, as diferentes responsabilidades.

#### Etapa Encerramento - E3:

- **Produto 8 - Resumo Executivo.**
- **Produto 9 - Minuta do Projeto de Lei**

O PDUI possui cinco Eixos Integradores e políticas de Dimensão Estruturante, totalizando 28 políticas organizadas em Programas e projetos. Essa atualização visa assegurar que o plano esteja alinhado com as necessidades atuais da RMBH e contribua para o desenvolvimento sustentável da região. Segue abaixo o status de atualização do plano em seus 9 produtos:

1. **Produto 01** – Plano de Trabalho e Plano de Comunicação e Participação Social - Primeira versão entregue em Dez/2021 - Produto revisado em 24/04/2023.
2. **Produto 02** – Diagnóstico – Versão Preliminar entregue em 30/03/2023, Versão final entregue em 24/10/2023 (Produto discutido no 1º ciclo de audiências públicas de 31/07 a 29/08/2023)
3. **Produto 03** – Diretrizes Metropolitanas para as Funções Públicas de Interesse Comum – em elaboração - Versão Preliminar entregue em 23/11/2023, Versão final entregue em 03/06/2024 (Elaboração contemplou 5 versões até sua finalização) - Consulta Pública de 04/12 a 13/12/23 e Oficina Participativa 13/12/2023.
4. **Produto 04** – Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégicos – em elaboração (Primeira versão Preliminar entregue em 09/02/2024 e terceira versão entregue em 13/06/24 em análise pela Agência RMBH) - Consulta Pública de 04 a 22/03/2024. Realização de quatro Oficinas Participativas realizadas de 11 a 14/03/2024. Realização de reuniões com os gestores dos órgãos estaduais realizadas de 06/03/2024 a 24/04/2024. Produto também discutido no 2º ciclo de audiências públicas de 29/04/2024 a 04/06/2024;
5. **Produto 05** – Macrozoneamento Metropolitano – em elaboração (Primeira versão Preliminar entregue em 26/03/2024 e terceira versão entregue em 24/04/24 em análise pela Agência RMBH) - Realização de reuniões com todos os municípios da RMBH, divididos em 5 vetores, realizadas de 16 a 19/04/2024. Produto também discutido no 2º ciclo de audiências públicas de 29/04/2024 a 04/06/2024;
6. **Produto 06** – Propostas de Financiamento e Instrumentos de Gestão – previsão de entrega da primeira versão preliminar em 08/08/2024;



7. **Produto 07** – Sistemática de Acompanhamento e Monitoramento – previsão de entrega da primeira versão preliminar em 27/09/2024;
8. **Produto 08** – Resumo Executivo – previsão de entrega da primeira versão preliminar em 29/11/2024;
9. **Produto 09** – Minuta de Projeto de Lei – previsão de entrega da primeira versão preliminar em 03/10/2024;

Foram realizadas as seguintes atividades e entregas em 2023:

- **Revisão Produto 01: Plano de Trabalho** – A primeira versão do Plano de Trabalho foi entregue em dezembro de 2021. O início dos trabalhos se deu de forma regular, no entanto, o contrato destinado à atualização do PDDI-RMBH, foi suspenso por força de decisão judicial e retomado após decisão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, por unanimidade, reconhecendo a ilegitimidade ativa do agravado e, conseqüentemente, extinguindo o mandado de segurança impetrado. Para retomada dos trabalhos o Produto 1 foi revisado em 24/04/23.
- **Mobilização de retomada:** Para mobilização dos atores foram enviados ofícios para o Comitê Técnico do PDUI, Prefeituras, Órgãos Estaduais e Ministério público informando sobre a retomada dos trabalhos e solicitando o acompanhamento do Plano Desenvolvimento Urbano Integrado e indicação de um responsável da secretaria para acompanhar a evolução dos trabalhos do PDUI e facilitar o alinhamento técnico. Após a divulgação, a Agência RMBH, a Fundação João Pinheiro e o Consórcio PDDI-RMBH realizaram reunião com as prefeituras em 15/06/23, com o CT PDUI e Ministério Público em 12/06/23 pela manhã, e com as Secretarias de Estado no dia 12/06/2023 a tarde.
- **1º Ciclo de Audiências Públicas:** Para conclusão do Produto 2 - Diagnóstico, foi realizado o 1º Ciclo de Audiências Públicas promovendo a participação transparente e democrática, visando ao exercício do direito de manifestação sobre o documento elaborado. Foram 17 (dezesete) audiências públicas ocorridas no período de 31/07 à 29/08/23. Cada uma dessas audiências foi direcionada a dois municípios, garantindo a cobertura de todos os 34 municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme descrito abaixo:
  - 31/7 – Audiência Pública (Brumadinho e Nova Lima), às 18h30 Local: Centro de Artes e Esportes Unificados de Brumadinho;
  - 1/8 – Audiência Pública (Vespasiano e Santa Luzia), às 18h30 Local: Palácio das Artes de Vespasiano;
  - 2/8 – Audiência Pública (Contagem e Belo Horizonte), às 18h30 Local: Auditório da Faculdade Una em Contagem;
  - 3/8 – Audiência Pública (Pedro Leopoldo e São José da Lapa), às 18h30 Local: Centro de Especialidades Urbanas de Pedro Leopoldo;
  - 4/8 – Audiência Pública (Lagoa Santa e Confins), às 18h30 Local: Auditório da Escola Municipal Doutor Lund em Lagoa Santa;



- 7/8 – Audiência Pública (Esmeraldas e Ribeirão das Neves), às 18h30 Local: Câmara Municipal de Esmeraldas;
- 8/8 – Audiência Pública (Florestal e Mateus Leme), às 18h30 Local: Câmara Municipal de Florestal;
- 9/8 – Audiência Pública (Ibirité e Sarzedo), às 18h30 Local: Auditório da Prefeitura de Ibirité;
- 10/8 – Audiência Pública (Caeté e Sabará), às 18h30 Local: Cine Teatro de Caeté;
- 11/8 – Audiência Pública (Juatuba e Betim), às 18h30 Local: Auditório da Escola Municipal Elza de Oliveira Saraiva de Juatuba;
- 16/8 – Audiência Pública (Itaguara e Rio Manso), às 18h30 Local: Câmara Municipal de Itaguara;
- 17/8 – Audiência Pública (Igarapé e Itatiaiuçu), às 18h30 Local: Centro de Educação Complementar de Igarapé (Ceci), na rua 1º de Maio, nº 100, Bairro São Sebastião no Auditório Padre Carlos Roberto;
- 21/8 – Audiência Pública (Rio Acima e Raposos), às 18h30 Local: Centro Social Urbano de Rio Acima;
- 23/8 – Audiência Pública (Baldim e Jaboticatubas), às 18h30 Local: Escola Municipal São Bernardo em Baldim;
- 24/8 – Audiência Pública (Capim Branco e Matozinhos), às 18h30 Local: Auditório Municipal Ribita em Capim Branco;
- 28/8 – Audiência Pública (São Joaquim de Bicas e Mário Campos), às 17h30 Local: CRAS Central de São Joaquim de Bicas (R. Cel. Gervásio Lara, 875, Bairro Tereza Cristina);
- 29/08 -Audiência Pública (Nova União e Taquaraçu de Minas), às 18h30 Local: Centro Cultural Pé de Banana em Nova União.

O 1º Ciclo de Audiências, contou com um público aproximado de 932 pessoas (número obtido no checkin no site de inscrições Sympla). A sociedade civil e entidades puderam se manifestar por via escrita ou verbal durante o evento, além da possibilidade de enviar contribuições através de um formulário online. Durante todo o período de realização das audiências ficou disponível esse formulário para recolher as críticas, sugestões e demandas da população. A resposta às contribuições recebidas foi publicada quinze dias após a última audiência pública e ainda se encontra disponível site da Agência RMBH na central de conteúdo do PDDI.

Através da intensa participação popular e das ricas contribuições recebidas, constatou-se a necessidade de empreender novas pesquisas, levantamentos de dados, análises e inclusão de temáticas que não estavam na versão preliminar, o que, por sua vez, demandou novas revisões pela equipe da Agência RMBH, para a conclusão de um Produto 02 que contemplasse a exigência técnica.

Nesse sentido, após o 1º Ciclo de Audiências, foi iniciada etapa de complementação do Diagnóstico, com o intuito de atender às demandas levantadas através da participação

popular, tais como a necessidade de ouvir as comunidades tradicionais, o imperativo levantamento de dados acerca das violências sofridas pelas mulheres e comunidade LGBTQIAPN+. Para tanto, além do levantamento de dados, foi realizada visita técnica no dia 05/09/2023 à Ocupação Santa Fé localizada no município de Juatuba onde a equipe da Agência RMBH se encontrou com integrantes do terreno ocupado para conhecer suas demandas. Ainda neste sentido no dia 14/11/2023 foi realizada uma reunião a pedido da Comissão de Povos e Comunidades de Tradição Religiosa de Ancestral de Matriz Africana – PCTRAMA, por intermédio da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS com o objetivo de contribuir com a atualização do PDUI.

Para mobilização e organização das audiências foram necessárias reuniões com cada dupla de municípios, visitas técnicas aos locais sugeridos para realização dos eventos, reuniões de *check list* de equipamentos, divisão da equipe, envios de convites e diversos contatos telefônicos de monitoramento.



Audiência Pública do 1º Ciclo de Audiências do PDUI realizada em Contagem em 2 de agosto de 2023.



Audiência Pública do 1º Ciclo de Audiências do PDUI realizada em Ibitaré em 9 de agosto de 2023.

- **Entrega da versão final do Produto 2 - Diagnóstico:** Consolidado em 24/10/2023, o diagnóstico foi marcado por reuniões semanais, levantamento de dados, articulação interna e diálogo com Municípios e órgãos técnicos visando a atualização de estudos quantitativos e qualitativos, gráficos e material no qual o PDUI 2011 foi elaborado, bem como a análise setorial do estado de cada função pública de interesse comum, incluindo os eventuais planos setoriais existentes nos diferentes níveis de governo e avaliação de impacto das legislações estaduais atuais de forma a enquadrar o escopo metropolitano nas políticas públicas morando integração de esforços.
- **Entrega Versão final do Produto 3 - Diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum:** Após a consolidação do Produto 02 - Diagnóstico, foi iniciada a etapa de elaboração do Produto 03: Diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum, o qual teve sua versão preliminar entregue pelo consórcio e publicada no site da Agência no dia 23/11/2023. Após entrega dessa versão preliminar do Produto 03, seguiu-se a abertura de Consulta Pública, no dia 04/12/23, no site da Agência RMBH. A **Consulta Pública** ao Produto 03 se encerrou no dia 13/12/23, data em que também foi realizada **Oficina Participativa** para apresentação e debate do referido Produto. A oficina, intitulada “Oficina Participativa PDDI-RMBH: Diretrizes para as FPICs”, foi realizada em meio virtual, no dia 13 de dezembro de 2023, às 19h, durante a VIII Conferência Metropolitana, conforme programação divulgada no site da Agência RMBH. Durante o período de Consulta Pública e na Oficina Participativa, muitas contribuições foram apresentadas, refletindo uma diversidade de perspectivas e experiências dos



participantes. As contribuições foram colhidas por meio de formulário da plataforma Google Forms disponibilizado durante o período da Consulta Pública citado. Ao todo foram recebidas 14 contribuições válidas que foram transcritas fiel e integralmente como foram recebidas, com as devidas devolutivas da Agência RMBH às sugestões, em documento publicado no site da Agência RMBH. A versão final do Produto 03 foi entregue no dia 03/06/2024.

- **2º Ciclo de Audiências Públicas:** o 2º Ciclo de Audiências Públicas ocorreu no período de 29/04/2024 à 04/06/2024 nos 17 municípios que não sediaram as audiências no 1º Ciclo, garantindo a cobertura de todos os 34 municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme o cronograma abaixo, com o objetivo de apresentar o Produto 04, que contém as Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégicos, bem como iniciar o debate acerca do Produto 05 - Macrozoneamento da região metropolitana:
- 29/04/2024 - Audiência de Raposos e Rio Acima - Escola Municipal Água Limpa - Ernesto Cassilhas, 272, Água Limpa, Raposos -MG;
  - 30/04/2024 - Audiência de Mário Campos e São Joaquim de Bicas - Câmara Municipal de Mário Campos - Av. Petrina Augusta de Jesus, 100 - Vila São Tarcisio, Mário Campos - MG;
  - 06/05/2024 - Audiência de Santa Luzia e Vespasiano, às 18h00- Local: Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida- Rua Direita, 408, Centro - Santa Luzia - MG;
  - 07/05/2024 – Audiência de Belo Horizonte e Contagem, às 18h00- Local: Auditório do Centro de Educação Integral- CEI Imaculada Conceição- Rua da Bahia, 1534, Lourdes, Belo Horizonte- MG
  - 08/05/2024 - - Audiência de São José da Lapa e Pedro Leopoldo - Câmara Municipal de São José da Lapa - Rua Padre José Dias, 965, Centro, São José da Lapa - MG;
  - 09/05/2024 - Audiência de Nova Lima e Brumadinho, às 18h00- Local: Cineminha de Nova Lima, Rua Melo Viana, número 100, Centro, Nova Lima-MG
  - 13/05/2024 - Audiência de Confins e Lagoa Santa – Câmara Municipal de Confins - Rua Maria Rodrigues, 436 – Centro, Confins - MG;
  - 14/05/2024 - Audiência de Ribeirão das Neves e Esmeraldas - Auditório da Educação - R. Seicídio Jorge Ricardo, 86 - Santa Paula, Ribeirão das Neves - MG;
  - 15/05/2024 - Audiência de Mateus Leme e Florestal - Câmara Municipal de Mateus Leme - Av. Getúlio Vargas, 736 - Concenza, Mateus Leme - MG;
  - 16/05/2024 - Audiência de Sarzedo e Ibitaré - Centro de Referência da Pessoa Idosa - Rua Geraldo Pinheiro Diniz, nº 136, Santa Rosa, Sarzedo - MG;
  - 21/05/2024 - Audiência de Betim e Juatuba - Edifício Sede da Prefeitura de Betim - Rua Pará de Minas, 640 – Brasília - Betim - MG;
  - 23/05/2024 - Audiência de Itatiaiuçu e Igarapé - Câmara Municipal de Itatiaiuçu - Rua Otávio Antunes Moreira, 286, Centro, Itatiaiuçu - MG;
  - 27/05/2024 - Audiência de Rio Manso e Itaguara - Câmara Municipal de Rio Manso R. Vicente Luiz da Silva, 144 - Souza Lima, Rio Manso - MG;

- 28/05/2024 - Audiência de Matozinhos e Capim Branco - Palácio da Cultura Praça do Rosário, nº 50 - Centro - Matozinhos - MG;
- 29/05/2024 - Audiência de Taquaraçu de Minas e Nova União - Câmara Municipal de Taquaraçu de Minas - R. Cândido de Lima, 25, Taquaraçu de Minas - MG.
- 03/06/2024 - Audiência de Sabará e Caeté - Centro Cultural José Da Costa Sepulveda - Rua Luiz Cassiano, 60, Centro, Sabará - MG;
- 04/06/2024 - Audiência de Jaboticatubas e Baldim - Centro Cultural Valério Dias Duarte - R. da Biquinha, 105 – Jaboticatubas - MG;

O 2º Ciclo de Audiências, contou com um público aproximado de 612 pessoas (número obtido no checkin no site de inscrições Sympla). A sociedade civil e entidades puderam mais uma vez se manifestar por via escrita ou verbal durante o evento, além da possibilidade de enviar contribuições através de um formulário online. Durante todo o período de realização das audiências ficou disponível esse formulário para recolher as críticas, sugestões e demandas da população sobre o **Produto 04 – Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégicos** e **Produto 05 – Macrozoneamento Metropolitano**.



Audiência Pública do 2º Ciclo de Audiências do PDUI realizada em Rio Manso em 27 de maio de 2024.



Audiência Pública do 2º Ciclo de Audiências do PDUI realizada em Belo Horizonte em 07 de maio de 2024.

- **Elaboração do Produto 04 – Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégicos:** o produto está em elaboração, a primeira versão preliminar foi entregue em 09/02/2024 e a terceira versão foi entregue em 13/06/24, a qual está em análise pela Agência RMBH.

Para elaboração do Produto 04 foi realizada Consulta Pública no período de 04 à 15/03/2024, com posterior prorrogação de prazo até 22/03/2024. Durante o período de Consulta Pública muitas contribuições foram apresentadas, refletindo uma diversidade de perspectivas e experiências dos participantes. As contribuições foram colhidas por meio de formulário da plataforma Google Forms disponibilizado durante o período da Consulta Pública citado. Ao todo foram recebidas 32 contribuições. A resposta às contribuições recebidas está sendo elaborada pela Agência RMBH e será publicada no site da Agência RMBH na central de conteúdo do PDDI.

Ainda no intuito de colher contribuições ao Produto 04, foram realizadas também quatro Oficinas Participativas. As oficinas realizadas em meio virtual às 19 horas e foram divididas conforme as Temáticas Integradoras do PDUI, a saber:

- dia 11/03/24 - Mobilidade Metropolitana,
- dia 12/03/24 - Meio Ambiente,



- dia 13/03/24 - Habitação e Ordenamento Territorial e
- dia 14/03/24 - Desenvolvimento Socioeconômico.

As contribuições recebidas nessas oficinas estão sendo analisadas pela Agência RMBH e Consórcio PDUI-RMBH Sustentável e serão consideradas na versão final do Produto 04.

Por fim, foram realizadas ainda reuniões com os gestores dos órgãos estaduais, realizadas de 06/03/2024 a 24/04/2024 com o intuito de realizar apresentação e alinhamento do conteúdo do Produto 3 - Diretrizes Metropolitanas para as Funções Públicas de Interesse Comum e do Produto 4 - Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégicos. Após a realização dessas reuniões foi disponibilizado um link para acesso aos arquivos referentes aos Produto 3 e Produto 4, ambos em formato Word, para download, análise e considerações dos órgãos estaduais. Cabe reiterar, conforme já citado acima, que o Produto 04 também foi apresentado a sociedade durante o 2º Ciclo de Audiências Públicas realizado de 29/04/2024 a 04/06/2024.

- **Elaboração do Produto 05 – Macrozoneamento Metropolitano:** o produto está em elaboração, a primeira versão preliminar foi entregue em 26/03/2024 e terceira versão entregue em 24/04/24, a qual encontra-se em análise pela Agência RMBH.

Para elaboração do Produto 05 foram realizadas reuniões com todos os municípios da RMBH para apresentação e alinhamento do conteúdo do Produto. Os municípios foram divididos em 5 vetores, no período de 16 a 19/04/2024, conforme programação abaixo:

- 16/04 às 14hs - Vetor Leste: Caeté, Nova União, Sabará e Taquaraçu de Minas;
- 18/04 às 10hs - Vetor Norte: Baldim, Capim Branco, Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano;
- 18/04 às 14h - Vetor Sudoeste: Brumadinho, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Mário Campos, Rio Manso, São Joaquim de Bicas e Sarzedo;
- 19/04 às 10h - Vetor Oeste: Betim, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Juatuba e Mateus Leme;
- 19/04 às 14h - Vetor Sul: Belo Horizonte, Nova Lima, Raposos e Rio Acima.

Nessas reuniões, estiveram presentes prefeitos ou representantes, principalmente técnicos das áreas de Planejamento urbano e/ou obras do município e da área de meio ambiente. Foram apresentadas por alguns municípios informações relativas ao macrozoneamento municipal, as quais serão analisadas pelo Consórcio PDUI-RMBH Sustentável e serão consideradas na versão final do Produto 05. Além disso, após a realização dessas reuniões, para análise do macrozoneamento, contribuição por meio de formulário e convite para participação no 2º Ciclo de audiências foram disponibilizados os seguintes links aos municípios: Cabe reiterar, conforme já citado acima, que o Produto 05 também foi apresentado a sociedade durante o 2º Ciclo de Audiências Públicas realizado de 29/04/2024 à 04/06/2024.



➤ **Trabalhos em andamento:**

- Produto 04 – Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégicos: Consolidação das contribuições recebidas durante as atividades participativas e conclusão da versão final do Produto 04;
- Produto 05 – Macrozoneamento Metropolitano: para o segundo semestre de 2024 estão previstas a realização de Oficinas Participativas e Audiência Pública específica para o macrozoneamento. Após a realização dessas atividades, será realizada a consolidação das contribuições recebidas durante as atividades participativas e, posterior, conclusão da versão final do Produto 05.
- Produto 06 – Propostas de Financiamento e Instrumentos de Gestão: previsão de entrega da primeira versão preliminar em 08/08/2024;
- Produto 07 – Sistemática de Acompanhamento e Monitoramento: previsão de entrega da primeira versão preliminar em 27/09/2024;
- Produto 08 – Resumo Executivo: previsão de entrega da primeira versão preliminar em 29/11/2024;
- Produto 09 – Minuta de Projeto de Lei: previsão de entrega da primeira versão preliminar em 03/10/2024;
- Está prevista a realização de um evento de encerramento em março de 2025.
- Após a finalização dos trabalhos e aprovação pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento da RMBH, o projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa, na forma de Projeto de Lei, para votação.

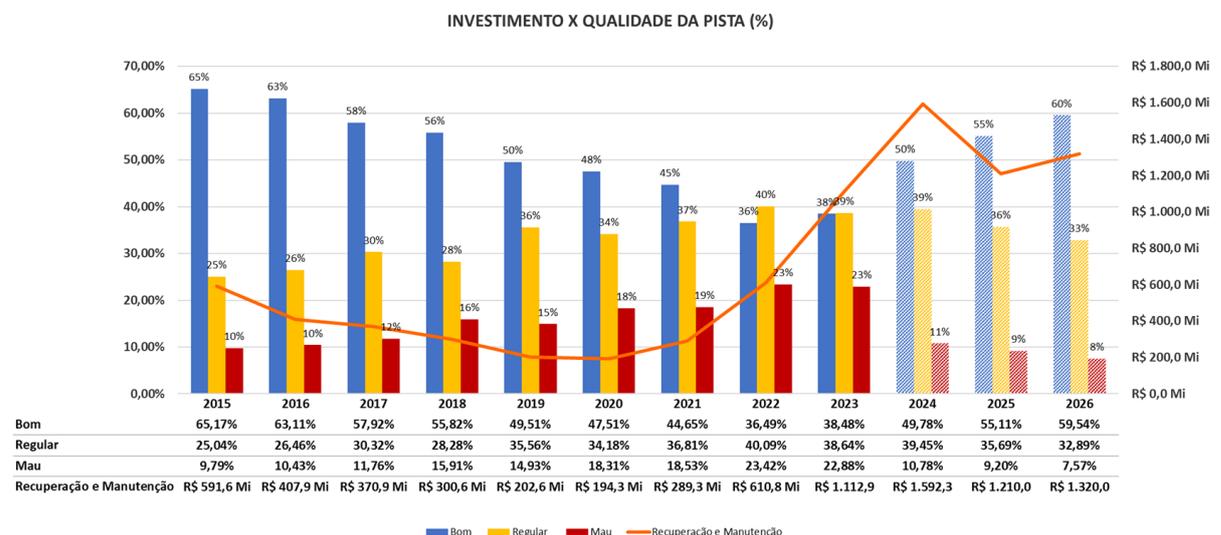
#### 4. CONCESSÃO DAS RODOVIAS ESTADUAIS E A COBRANÇA DE PEDÁGIOS

Em 2019, a SEINFRA identificou um grande desafio na gestão e operação da malha rodoviária do estado: a ausência de investimentos em conservação das rodovias, manutenção da qualidade do pavimento e da sinalização, bem como a ausência de obras de ampliação de capacidade, o que desencadeou a precarização da malha rodoviária do Estado.

O DER-MG verificou, em pesquisa qualitativa sobre a qualidade da malha rodoviária estadual, no período de 2015 a 2023, que a classificação da rodovia como “mau” cresceu nos últimos anos, ao passo que a classificação “boa” reduziu, mesmo com o contínuo investimento.

Os valores de 2023 a 2026 são projeções realizadas de acordo com o valor a ser investido.

Gráfico 01 – Investimento X Qualidade da pista



Fonte: Elaboração interna.

A Confederação Nacional de Transportes também chegou ao mesmo resultado. A pesquisa sobre satisfação da malha mostra o grave quadro de precarização que Minas vem passando nos últimos anos.

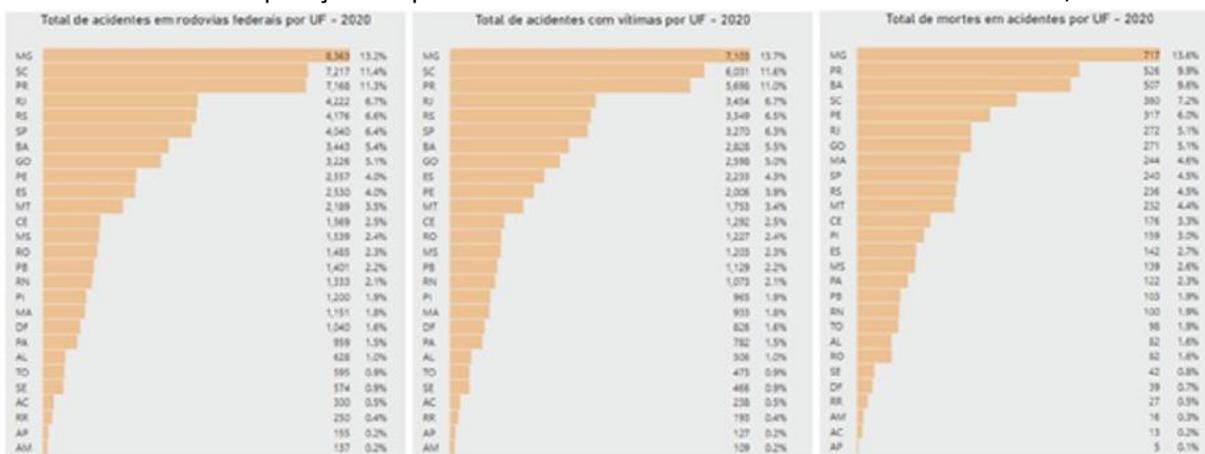
Gráfico 02 – Situação da malha rodoviária de Minas Gerais



Fonte: Confederação Nacional dos Transportes [1], 2019.

No caso das rodovias federais em território mineiro, o levantamento do Painel CNT (Confederação Nacional dos Transportes) dos Acidentes Rodoviários, a partir de dados de 2020, identificou que o estado de Minas Gerais apresenta índices de acidentes (em número total de acidentes) em rodovias federais do país piores que aqueles observados para os demais estados do país. É o que demonstram os gráficos a seguir:

Gráfico 03 - Comparação da quantidade de acidentes em rodovias federais no Brasil, 2020.



Fonte: Painel CNT dos Acidentes Rodoviários, 2020.

Os números absolutos apresentados nos gráficos são representativos, reflexo da baixa qualidade de manutenção e conservação das rodovias federais no estado.

Em paralelo, no âmbito do Orçamento Geral da União – OGU se nota uma forte queda de investimentos em infraestrutura nos últimos anos, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 04 – Orçamento PLOA Minfra, em R\$ milhões.

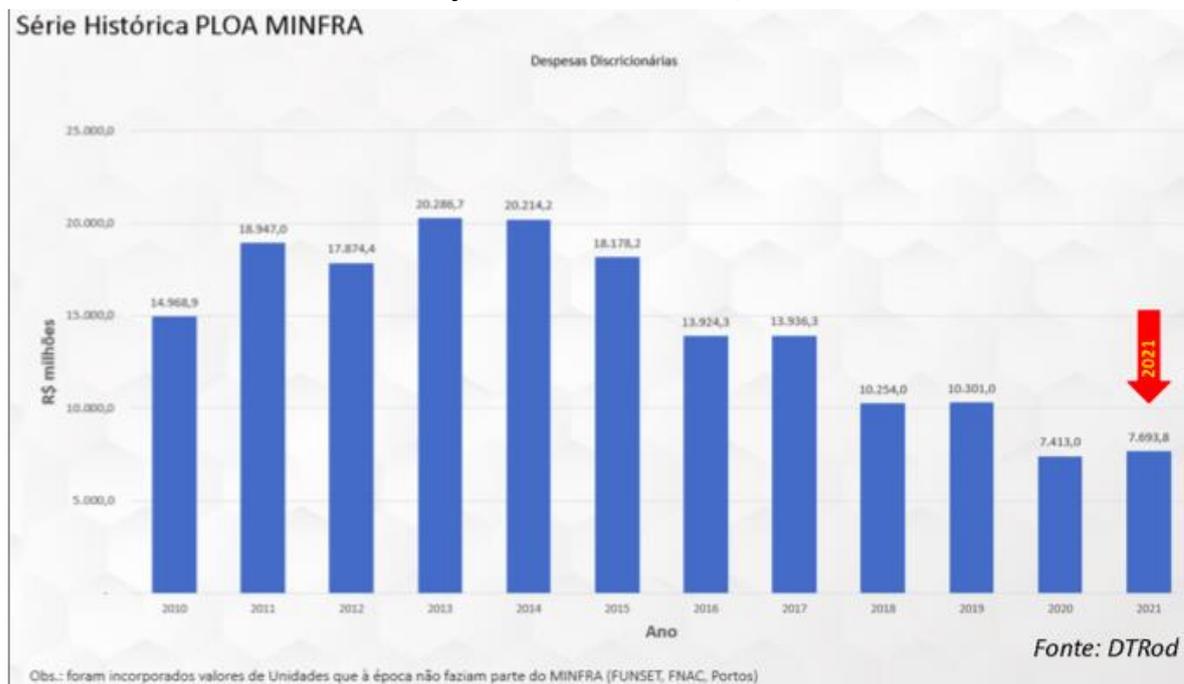


Figura 1: Série histórica PLOA Minfra.

Fonte: Nota Informativa no 5/2021/CGCR/DTROD/SNTT.

Como afirma o Ministério da Infraestrutura, na Nota Informativa no 5/2021/CGCR/DTROD/SNTT:

*"No caso dos recursos orçamentários advindos do OGU, verifica-se que o montante destinado à infraestrutura de transportes vem sendo reduzido ao longo dos últimos anos (figura 1). Destaca-se que, em 2020, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT tinha uma previsão, para uma malha rodoviária pavimentada de 55.000 km (considerada como sendo de Pista Simples para o exercício) o valor de R\$ 6,8 bilhões distribuídos em 124 ações orçamentárias e segmentados pelos postos de intervenção: manutenção, construção, adequação, operações, sendo: (i) R\$ 4,1 bilhões em manutenção; (ii) R\$ 1,6 bilhão em adequação; (iii) R\$ 1,0 bilhão em construção; e (iv) R\$ 0,1 bilhão em operação."*

Nesse sentido, o Programa de Concessões e Parcerias do Governo do Estado de Minas Gerais, iniciado em 2019, se apresentou como alternativa à promoção de investimentos na malha rodoviária, ante a precarização das rodovias no Estado, produto da ausência de investimentos na conservação das mesmas e o consequente impacto para a população, na medida em que significa aumento da segurança viária e diminuição dos acidentes rodoviários.

A imagem a seguir apresenta o ciclo de vida de um projeto de concessão de infraestrutura, o que será detalhado em seguida.

Figura 01 – Modelagem do projeto



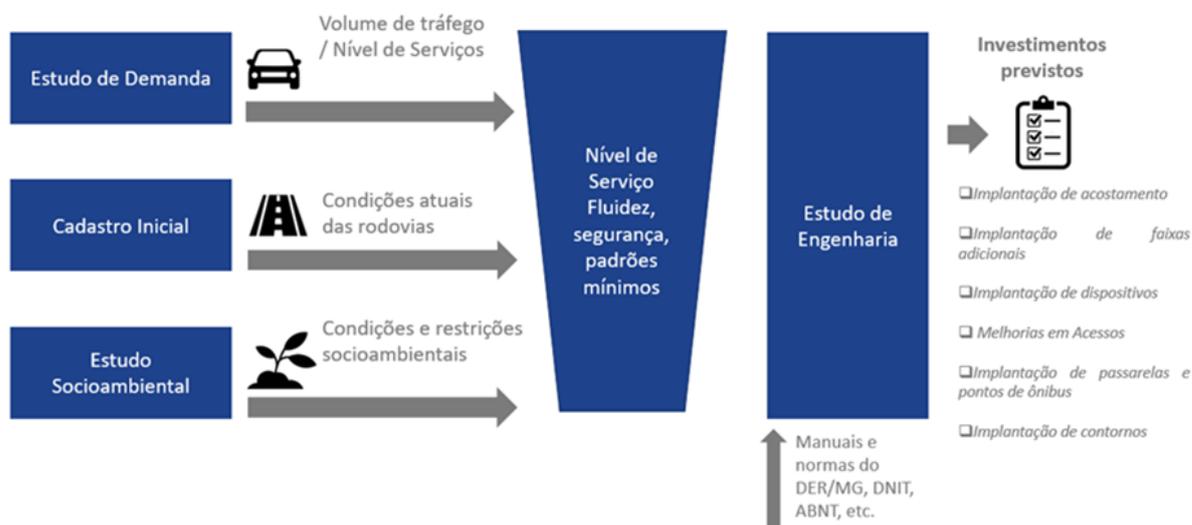
Fonte: elaboração própria.

O ciclo de vida de um projeto de infraestrutura se inicia com o seu planejamento, onde serão definidos os trechos rodoviários a serem estudados. Em seguida, é iniciada a etapa de estruturação do projeto.

A estruturação do projeto de concessões rodoviárias do Estado de Minas Gerais foi composta pelo desenvolvimento de um conjunto de estudos técnicos que identificaram as necessidades de investimentos nas vias dada a configuração atual, bem como a projeção de crescimento do tráfego ao longo da vigência da concessão. São esses estudos: campo de tráfego, socioambiental, cadastro geral, estudos de demanda, engenharia, modelo operacional e avaliação econômico-financeira, além da elaboração dos documentos editalícios e jurídicos. Todos esses estudos foram e ainda estão disponibilizados no data room do projeto. (<https://dataroom.bdmg.mg.gov.br/arquivos/>).

De um modo geral, há três frentes principais que compõem os estudos para a estruturação de projetos de concessão rodoviária: Demanda, Engenharia e Socioambiental. A imagem a seguir ilustra simplificada como são definidos os investimentos de uma rodovia a partir desses estudos técnicos.

Figura 02 – Estudos técnicos



Fonte: BNDES.

O Estudo de Demanda se inicia com o cálculo do volume de tráfego de cada trecho no ano base, objetivando mensurar a magnitude da utilização atual e futura da concessão rodoviária pelos veículos automotores, de maneira a projetar os volumes de tráfego por todo o período da concessão. A análise dos volumes médios diários anuais (VDMA) de veículos são imprescindíveis para que se elabore o modelo de demanda do projeto e, junto com a definição dos parâmetros físicos e operacionais das rodovias, seja possível avaliar o nível de serviço de cada trecho.

O Estudo Socioambiental se destina a descrever, com base em dados atualizados e considerando as intervenções planejadas: (i) as áreas de proteção existentes; (ii) os principais passivos ambientais e sociais existentes; (iii) as diretrizes e estimativas de custos relacionadas ao licenciamento ambiental das rodovias, além de outras obrigações socioambientais como o cumprimento de condicionantes do licenciamento.

Por sua vez, o Estudo de Engenharia se inicia pelo cadastro inicial, onde se avalia a situação atual da rodovia. Posteriormente, com base nas informações do Estudo de Demanda e Socioambiental, são listadas as mudanças necessárias para que a concessão possua: (i) capacidade para atender à quantidade demandada atual e futura de viagens pelos veículos automotores, de acordo com o Estudo de Demanda; (ii) condições adequadas de qualidade; e (iii) condições de segurança, em termos de minimização de riscos de acidentes, de suas gravidades e do atendimento às leis e normas técnicas correspondentes.

Desta forma, a projeção dos investimentos necessários leva em consideração insumos de todas estas frentes para que seja definido o Plano de Investimentos que deverá ser realizado pela futura concessionária.

Cabe mencionar ainda que, além dos investimentos que serão realizados ao longo do projeto, são oferecidos serviços aos usuários. Para tanto, são definidos parâmetros de atendimento ao usuário, bem como definidos os serviços que serão ofertados, para que,



então, sejam estimados os valores referentes à operação da rodovia. Serviços como atendimento pré-hospitalar, guincho leve e pesado, apreensão de animais e disponibilização de bases de serviços operacionais são exemplos de atividades prestadas ao usuário.

A partir dos subsídios elencados acima, é elaborado o modelo econômico-financeiro e definido o modelo de negócios da concessão, em especial os valores de pedágio. Além disso, são definidos os contornos jurídicos do projeto, em especial, qual o enquadramento jurídico e o modelo de concessão a ser adotado.

Cabe mencionar que os contratos de concessão preveem investimentos pré-autorizados que têm como objetivo reconhecer a importância de tais investimentos, já prevendo-os, como o próprio nome elucida, “pré-autorizados”, mas deixando sua inclusão e oportuna precificação quando da efetiva determinação de inclusão do investimento pelo Poder Concedente. O aparte distintivo é importante para já sinalizar que tais obras guardam sinergia com a malha concedida e já passaram pela análise preliminar de discricionariedade do Poder Concedente.

Assim, concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo Poder Concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Desse ponto de vista, o Poder Concedente delega a prestação de um serviço público, por meio de um contrato administrativo, a uma empresa privada, constituída especificamente para este fim.

A empresa privada, denominada Concessionária, fica encarregada de investir na construção, qualificação dos ativos e/ou prestação de serviços, que estão definidas no contrato de concessão e nos seus anexos, como destaque para o Programa de Exploração Rodoviária (PER), que traz os parâmetros de desempenho, investimentos e prazos que devem ser observados pelo ente privado.

Para fazer frente aos investimentos e custos operacionais que ficam a cargo da Concessionária, ocorre a remuneração por meio do recebimento de tarifas de pedágio e/ou contraprestações. A transferência de um sistema rodoviário para a iniciativa privada na forma de Concessão deve também ser avaliada sob a perspectiva do usuário que arca com o ônus tarifário (custo) e é impactado direta e indiretamente por diversas melhorias (benefícios).

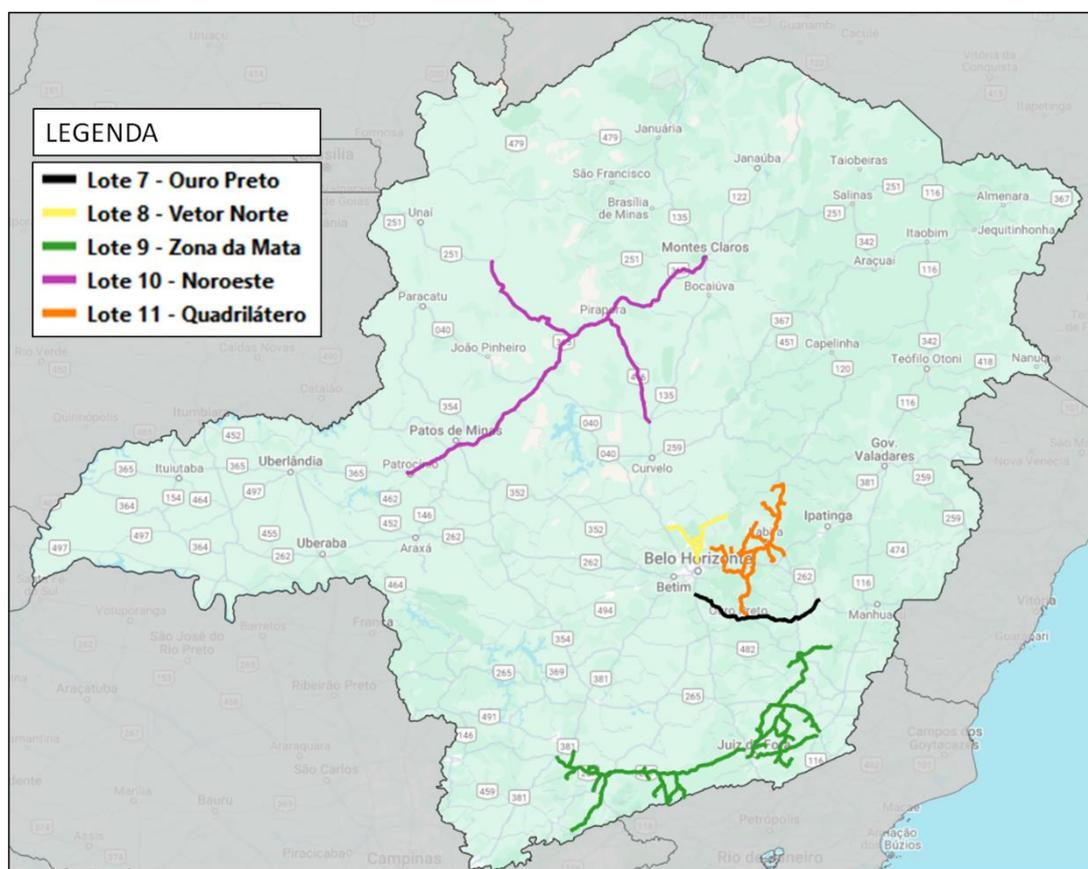
Os benefícios diretos e indiretos decorrem dos diversos compromissos contratuais que vão desde a aumento da capacidade de trechos, revitalização e manutenção do pavimento, implantação e renovação de sinalização vertical e horizontal, entre outras melhorias que são realizadas desde o início do contrato e mantidas, com regularidade, ao longo de toda a concessão. Esse conjunto de atividades proporciona mais qualidade às viagens passantes

nessas rodovias, maior segurança aos passageiros e maior eficiência às cadeias logísticas dependentes desse sistema de transporte.

O investimento em infraestrutura, em especial, em obras de melhoria e aumento da capacidade, como duplicações, acostamentos e faixas adicionais também tem o potencial de reduzir acidentes nas vias contempladas pelas concessões.

### 3ª rodada de concessões

Tendo em vista o exposto, o Estado planeja estudar novos lotes para avaliar a possibilidade de realizar novas concessões. Nesse sentido, o planejamento é estudarmos cinco novos lotes, conforme imagem abaixo:



Os estudos técnicos estão em elaboração pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para os lotes Vetor Norte, Noroeste e Zona da Mata e, no caso do Quadrilátero Ferrífero, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas, CODEMGE.

A nova rodada está em fase preliminar, com estudos de campo sendo ainda realizados, para avaliação de composição de lotes que, de fato, irão à leilão.



## 5. PRINCIPAIS ENTREGAS

Além de detalharmos as ênfases selecionadas pelas Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Assuntos Municipais e Regionalização, apresentaremos neste tópico **as principais ações realizadas** pela Secretaria durante o período de referência, destacando suas principais frentes de atuação.

### CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPS)

#### Regulamentação

- Decreto nº 48.670/2023: estabelece diretrizes e governança para Concessões e PPPs, com destaque para a criação do Comitê Gestor de PPP (CGPPP)

#### Comitê Gestor de PPP (CGPPP)

- Qualificação de 8 projetos na Política Estadual de Concessões e PPPs.

#### Carteira de projetos

- **Concessão Serraria Souza Pinto – SESOP (FCS, SEINFRA e Codemge)**
  - Consulta pública: 04/07 a 22/09/2023
  - Sessão pública de licitação: 25/03/2024
  - Homologação da licitação: 11/04/2024
- **Programa de Concessão de Parques Estaduais – PARC: concessão do Parque Estadual do Rio Doce (IEF, SEINFRA e BNDES)**
  - Consulta e audiência pública: 27/07 a 25/09/2023
- **Programa de Concessão de Parques Estaduais – PARC: concessão do Parque Fernão Dias (IEF, SEINFRA)**
  - **Consulta pública e audiência pública:** 04/06/2024 a 19/07/2024
- **Lote 3 - Varginha-Furnas**
  - Assinatura do contrato com a Concessionária Rodovias do Café SPE S.A: 12/08/2023



- **Concessão Transporte Aquaviário - Balsas (SEINFRA, Furnas Centrais Elétricas e Garin)**
  - Assinatura do Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica entre SEINFRA e Furnas – Centrais Elétricas S.A: 10/08/2023
  - Assinatura do Contrato entre Furnas Centrais Elétricas e Garin para realização dos estudos técnicos de modelagem: 19/10/2023
  
- **Concessão Terminais Metropolitanos - RMHB (SEINFRA, Codemge e Ernest & Young)**
  - Assinatura de ato autorizativo para CODEMGE realizar os estudos técnicos de modelagem: 09/11/2023
  - Assinatura do contrato entre CODEMGE e Ernest & Young para prestação de serviços de elaboração dos estudos técnicos de modelagem para estruturação do projeto: 26/04/2024
  
- **Concessões Rodoviárias**
  - Assinatura do contrato com BNDES para estruturação de 3 novos Lotes do Programa de Concessões Rodoviárias: 12/12/2023
  - Início dos estudos técnicos para concessão rodoviária de 448,1 km (Lote 8 – Vetor Norte): m 02/01/2024
  - Início dos estudos técnicos para concessão rodoviária de 1.176,1 km (Lote 9 - Zona da Mata): Início em 09/02/2024
  - Início dos estudos técnicos para concessão rodoviária de 775,9 km (Lote 10 - Noroeste): Início em 09/02/2024
  - Rodadas de reuniões virtuais com possíveis interessados na concessão do Lote Rodoviário 11 - Quadrilátero Ferrífero: maio e junho de 2024
  - Rodadas de reuniões de sondagem de mercado sobre o Programa de Concessões MG.

## TRANSPORTES E MOBILIDADE

### **Instrumentos de Planejamento**

- **Plano Estadual de Logística e Transportes de Minas Gerais - PELT-MG (SEINFRA, Codemge, Infra S.A. e FDC)**
  - Assinatura do Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica firmando com a CODEMGE para prestar apoio técnico: agosto/2023
  - Assinatura do contrato entre CODEMGE e Infra S.A. para elaboração do PELT-MG: 28/12/2023



- Kick off do projeto: 24/01/2024
- Realização de 4 workshops em diferentes regiões para coleta insumos para elaboração do plano:
  - Belo Horizonte: 24/01/2024
  - Diamantina: 21/02/2024
  - Viçosa: 20/03/2024
  - Uberlândia: 10/04/2024
  - Ipatinga: 05/06/2024
  - Divinópolis: 19/06/2024
- **Plano de Mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PlanMob – RMBH (Agência RMBH, SEINFRA e Codemge)**
  - Lançado em 13/12/2023
  - Principais resultados:
    - Carteira de 48 Projetos de Mobilidade Urbana foi classificada com base em estimativas de CAPEX, OPEX, receita média anual e população envolvida. Os projetos foram planejados para serem implantados em três horizontes de tempo: curto prazo (até 2027), médio prazo (até 2032) e longo prazo (até 2042).
    - Principais projetos: 10 Terminais Metropolitanos; 10 tratamentos de corredores para implementação de BRTs; 5 linhas do metrô; e 3 linhas férreas de trens metropolitanos de passageiros.
- **Plano Estratégico Ferroviário - PEF:**
  - Últimos produtos entregues em 22/08/2023 e complementados em 27/10/2023:
    - Relatório do Estudo Complementar do PEF Minas
    - Portfólio de Propostas
    - Apresentação dos Estudos
    - Sistema de gestão da malha ferroviária e *short lines* - *Dashboards* em *Power BI*; e
    - Base de dados e arquivos técnicos

## Transporte Intermunicipal e Metropolitano

- **Transporte Intermunicipal**
  - 6250 viagens/dia
  - 134.200 passageiros/dia
  - 3317 veículos
  - 753 municípios atendidos



- 752 contratos

- **Transporte Metropolitano**

- 10 mil viagens/dia
- 481 mil passageiros/dia
- 2.756 veículos
- 34 municípios atendidos
- 7 contratos

## Transporte Aeroviário

- **Aeroporto da Pampulha – Carlos Drummond de Andrade – SBBH**

- Apresentação dos anteprojetos para execução das obras de:
  - implantação da bacia de amortecimento de cheias
  - implantação de novas taxiways,
  - recuperação de patologias do pavimento
  - construção de terminal de passageiros
- Percentual de execução das obras de implantação da bacia de amortecimento de cheias: 85%

- **Aeroporto Regional da Zona da Mata – ARZM**

- Recorde histórico mensal de passageiros - mais de 22 mil passageiros: julho/23
- Maior movimentação cargueira da história do Aeroporto: setembro/23

- **Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – TERGIP e Terminais Metropolitanos**

- Concluídas importantes melhorias, obras, serviços e intervenções focadas nos usuários no segundo semestre de 2023 no Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro - TERGIP:
  - Melhorias das condições de utilização dos sanitários e dos fraldários
  - Revitalização e atualização das sinalizações de informação
  - Disponibilização de internet wi-fi gratuita e tomadas para os usuários
  - Revisão e melhoria do sistema de iluminação dos setores que envolvam a movimentação de usuários, de acordo com as normas estabelecidas pela ABNT
  - Revisão dos sistemas de esteiras e elevadores, quando existentes
  - Correção de manchas e desgastes na pintura de paredes, pisos e forros
  - Revisão e melhoria das condições de infraestrutura para adequação aos padrões de acessibilidade



- Instalação de novo balcão de atendimento no hall principal
  - Substituição de todo mobiliário da praça de alimentação
  - Instalação de novos pontos de apoio na praça de alimentação
  - Modernização do estacionamento coberto e descoberto
  - Ampliação do mix comercial, trazendo novas lojas para dar mais opção aos usuários e passageiros
  - Modernização do acesso aos sanitários, com substituição das catracas atuais por equipamentos mais novos e liberação de acesso através de leitura por QR Code
  - Aquisição de novos maquinários para os serviços de limpeza
  - Instalação de novas bilheterias para venda de passagens
  - Disponibilização de painel de led proporcionando informações claras e atualizadas sobre os horários de partida dos ônibus
  - Revitalização dos bancos nas áreas externas do TERGIP e recuperação dos jardins
  - Desenvolvimento de novo sistema de tráfego em uma plataforma moderna e de fácil aplicação
  - Reforma integral dos sanitários do hall
  - Aprovação de projeto para reforma da Loja nº117 localizada no desembarque.
  - Locação de novo quiosque no segundo piso hall, plataforma C.
- Nos demais terminais, notamos:
- Recuperação das estruturas dos Terminais Metropolitanos, mantendo um rigoroso processo de vistoria das instalações, mormente da estrutura predial, pilares, vigamentos, piso intertravado e sinalização.
  - Melhorias dos padrões de utilização dos Terminais Metropolitanos, a partir da realização de serviços de manutenção, investimentos de requalificação e fornecimento de condições de conforto, higiene, segurança, tecnologia e continuidade.
  - Realização de treinamento e formação de brigadistas junto à equipe de operação dos Terminais.
  - Afixação de cartazes nas estações e Terminais
  - Substituição de 160 lâmpadas T8 120w e 25 lâmpadas T8 60w Terminal Sarzedo
  - Pintura de estruturas metálicas no Terminal Justinópolis
  - Limpeza de calhas pluviais no terminal Ibité, com desobstrução de rede pluvial
  - Manutenção preventiva em portas e fechaduras T
  - Revisão da parte elétrica
  - Manutenção de bebedouros
  - Manutenção de Sanitários
  - Manutenção de jardins
  - Notificações sobre colisões e danos ao patrimônio empresas em geral
  - Levantamento sinalização horizontal e vertical
  - Documentos perfuração poço artesiano



- Medição e serviço sinalização Terminais Ibirité, Sarzedo
- Estações da Rodovia Papa João XXIII (MG10)

- **Concessão do metrô**

- Destacam-se as seguintes ações e entregas no período:

- Pagamento de Aportes Estaduais referentes à: (a) Elaboração, Entrega e Aprovação do Projeto Básico para Revitalização e Repotenciamento dos Sistemas de Energia da Linha 1; e (b) Elaboração, Entrega e Aprovação do Projeto Básico do Novo Sistema de Sinalização da Linha 1.
- Pagamento de Aportes Federais referentes à: (a) Elaboração, Entrega e Aprovação do Projeto Básico para Substituição Completa do Sistema de Controle Centralizado da Linha 1, bem como elaboração, entrega e aprovação de cronograma para execução dos serviços relacionados; (b) Elaboração, Entrega e Aprovação do Projeto Básico para Atualização e Implantação dos Sistemas de Telecomunicação da Linha 1, bem como elaboração, entrega e aprovação de cronograma para execução dos serviços relacionados; (c) Elaboração, Entrega e Aprovação de Projetos de Fabricação de Equipamentos para Manutenção da Rede Aérea: Projetos de Fabricação; (d) Equipamentos para Manutenção da Via Permanente; (e) Aquisição de Sobressalentes para Série 1000 e Máquinas e Equipamentos para Pátios de Manutenção; (f) Elaboração, Entrega e Aprovação do Projeto Executivo do Novo Sistema de Sinalização da Linha 1; e (g) Definição do Subfornecedor para o Sistema de Sinalização da Linha 2.
- Aprovação de Plano de Operação.
- Elaboração de Plano de Desocupação para a Implantação da Linha 2.
- Implantação do Novo Sistema de Bilhetagem.
- Elaboração de Contrato de Fornecimento de Sistema de Controle Centralizado (SCC) e Sistema de Sinalização e Controle (SSC) para as Linhas 1 e 2.
- Recebimento e Aprovação de Projetos Funcionais referentes às 10 Estações - Eldorado a Santa Efigênia + Vilarinho da Linha 1.
- Recebimento de Projetos Executivos referentes às 10 Estações - Eldorado a Santa Efigênia + Vilarinho da Linha 1.
- Recebimento de Projetos Funcionais das Estações da Linha 2. Os projetos se encontram em análise.
- Início das obras de reformas das estações da Linha 1.
- Fornecimento de Wi-Fi nas Estações.
- Apresentação de Programa de Compliance.
- Apresentação de Política de Recursos Humanos.
- Apresentação de Programa de mapeamento e mitigação de riscos de violação de direitos fundamentais de pessoas impactadas pela Concessão e pela cadeia de fornecimento, com metodologia adequada e reconhecida, baseada nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos,



aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU ou em outra metodologia que possa substituí-la.

- **Concessão do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte**

- Destacam-se as seguintes ações e entregas no período:

- Realização da Consulta Pública Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA: agosto de 2023
- Entrega da primeira versão do Plano de Desocupações e Desapropriações: 29/09/2023
- Protocolo do EIA no órgão ambiental responsável: 29/02/2024
- Protocolo Estudo Prévio de Impacto Cultural - EPIC no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha: 06/03/2024
- Formalização do EIA no órgão ambiental responsável: 11/03/2024
- Não objeção ao projeto funcional: 27/03/2024
- Realização de Wokshop de apresentação do EIA: 24 e 25/04/2024
- Emissões de Certidões Municipais de Uso e Ocupação do Solo: abril/24, com exceção dos municípios de Betim e Contagem
- Início dos trabalhos de elaboração do Projeto Executivo por parte de Concessionária

- **Gestão de Equipamentos Públicos**

- Mineirão

- Celebração do acordo entre Minas Arena e o Cruzeiro
- Em andamento a fase que definirá a metodologia de apuração dos valores do reequilíbrio cobrado pela Concessionária
- Total de 101 eventos realizados no período, sendo 30 partidas de futebol, 63 eventos na Esplanada e 08 eventos no Gramado

- Mineirinho

- projetos arquitetônicos protocolados nos órgãos competentes: setembro de 2023
- Projetos básicos protocolados: 04/04/2024 (em análise pelo Poder Concedente)
- Em andamento as obras de captação e condução das águas pluviais da laje da cobertura
- Em andamentos obras de estruturas e parede
- Total de 16 eventos diversos realizados no período



## INFRAESTRUTURA MUNICIPAL

- **Convênios de saída**
  - **Entregas 2023:**
    - celebrados 281 convênios, com a destinação de recursos estaduais da ordem de R\$335 milhões para obras de infraestrutura municipal e atendimento a 206 municípios
  - **Entregas até maio de 2024:**
    - celebrados 109 convênios, com a destinação de recursos estaduais da ordem de R\$77 milhões para obras de infraestrutura municipal e atendimento a 90 municípios
  
- **Doações de Materiais**
  - **Entregas 2023:**
    - celebrados 127 Termos de Transferências Gratuitas de Bens (TTGBs), que permitiram a doação de 43 conjuntos de vigas metálicas, 836 metros lineares de bueiros metálicos e 497 unidades de mata-burros a 102 municípios mineiros
    - transferidos 505 metros de bueiros metálicos e 1 conjunto de vigas ao DER-MG para intervenções em rodovias mineiras e seus entornos
  - **Entregas até maio de 2024:**
    - celebrados 32 TTGBs, que permitiram a doação de 8 conjuntos de vigas metálicas, 309 metros lineares de bueiros metálicos e 126 unidades de mata-burros a 30 municípios mineiros
    - transferidos 115 metros de bueiros metálicos ao DER-MG para intervenções em rodovias mineiras e seus entornos

## OBRAS E EDIFICAÇÕES

- **Hospitais Regionais:**
  - **Obras em execução**
    - Hospital Regional de Teófilo Otoni
    - Hospital Regional de Divinópolis
    - Hospital Regional de Sete Lagoas
    - Hospital Regional de Governador Valadares
    - Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete



- **Projetos em execução**
  - Hospital Regional de Sete Lagoas
  - Hospital Regional de Divinópolis
  - Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete
  
- **Obras de contenção de cheias em execução**
  - PAC Ferrugem
  - PAC Riacho das Pedras
  - PAC Arrudas (complemento)
  
- **Obras de construção de unidades habitacionais em execução:**
  - PAC Ferrugem – Unidades Habitacionais
  
- **Demais obras de edificações (até o período de referência)**
  - **Saúde**
    - Execução da obra de reforma do telhado ao lado da garagem 1 da administração central da FHEMIG.
    - Reforma da fachada principal; adequação da rampa de acesso à portaria principal; execução de paisagismo; execução de acesso interno em concreto armado para passagem de contenedores, impermeabilização de lajes e outros serviços conexos.
    - Reforma do prédio da agência regional do IPSEMG em São João Del Rei
    - Obra de reforma E adaptação para implantação do banco piloto de pele do centro de tecidos biológicos – CETEBIO
    - Execução das obras de estabilização de taludes e estruturas de contenção do terreno da praça de esportes da Escola Estadual Professor Botelho Reis – Leopoldina
  
  - **Educação**
    - Reforma e restauração da Escola Estadual Delfim Moreira, em Juiz De Fora.
    - Reforma e reforço do anexo Casa Modelo da Escola Estadual Instituto São Rafael, em Belo Horizonte;
    - Reforma da rede de drenagem, estabilização do talude e recuperação da quadra poliesportiva na Escola Estadual do Bairro Jardim Ipê, em Governador Valadares
  
  - **Equipamentos Públicos**
    - Reforma e restauração do prédio da Administração Fazendária - Muriaé



- Reforma do prédio da Superintendência Regional da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) - Contagem
- Reforma do prédio da Administração Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda (AF/SEF) - Santa Luzia
- Reforma do prédio para uso compartilhado pela Administração Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e Agência Regional do IPSEMG - Ponte Nova
- Reforma do Auditório Da Fapemig - Bloco 7 – Belo Horizonte
- Reforma da fachada principal - HGIP (IPSEMG) - adequação da rampa de acesso à portaria principal; execução de paisagismo; execução de acesso interno em concreto armado para passagem de contenedores, impermeabilização de lajes e outros serviços conexos

## REGULAÇÃO DE TRANSPORTES - SUBREG

- **Lote 1 - Triângulo Mineiro**

- Ações realizadas em 2023:

- 627 km de correções funcionais de pavimentos, incluindo 345 km de novos revestimentos de pistas aplicados em seções com degradações acentuadas;
- 627 km de limpeza de áreas laterais a rodovia e conservação de rotina;
- 330 km de aplicação de tachas refletivas;
- 496 km de revitalização da pintura de sinalização horizontal;
- Mais de 2.000 novas placas de sinalização vertical instaladas;
- 2 mil metros de manutenção de defensas metálicas e implantação de novas ancoragens de proteção ao tráfego;
- Implantação de 13 mil metros de novas defensas metálicas;
- Recuperação de 35 estruturas do tipo pontes e viadutos

- Ações realizadas em 2024 (até o período de referência):

- Execução de plano de ação para a melhoria das condições de conservação da rodovia

- **Lote 2 - Sul de Minas**

- Ações realizadas em 2023:

- mais de 450 quilômetros de limpeza de vegetação (roçado ciclo 1);
- Conclusão dos serviços de tapa buraco emergencial no trecho concedido em uma extensão de 454,3 quilômetros;
- mais de 180 quilômetros de intervenções no microrrevestimento asfáltico e 58 quilômetros de correções do pavimento, incluindo os serviços de fresagem, recomposição, reperfilagem;



- implantação de 1535 unidades de sinalização vertical, 101.100 de sinalização horizontal e 11.618 tachas;
  - instalação de mais de 8.800 metros de defensas para proteção e segurança; e
  - Obra de recuperação do km 68 da BR-459 que foi deteriorado pelas chuvas no trecho próximo a Senador José Bento.
- Ações realizadas em 2024 (até o período de referência):
  - Em andamento os preparativos para o início da operação do Free Flow
- **Lote 3 - Varginha Furnas**
  - Estão sendo executadas obras de correção do pavimento das pistas de rolamento, limpeza geral da faixa de domínio e roçada inicial, limpeza e desobstrução dos elementos de drenagem.
- **MG 050**
  - Ações concluídas em 2023:
    - alargamento estrutural viaduto marginal direita - Divinópolis
    - Duplicação e correções geométricas de drenagens e de segurança - Divinópolis
    - Duplicação e novo viaduto no km 128,7 - Divinópolis
    - Duplicação e interseção em dois níveis no km 118,7 - Divinópolis
    - Intervenção em dois níveis km 120,5 - Divinópolis
    - Novas marginais - Divinópolis
    - Nova passagem inferior de pedestres - Divinópolis
  - Ações concluídas em 2024 (até o período de referência):
    - Faixa adicional – km 76a-77 e 79-80,6 – Itaúna
    - Contorno de Itaú de Minas
    - Interseção tipo rotatória - Capitólio
    - Duplicação, correção de traçado e faixa adicional - Capitólio
    - Trevo de acesso secundário - Capitólio
- **BR 135**
  - Ações concluídas em 2023
    - dois retornos tipo A em nível – Curvelo
    - faixa adicional – Augusto de Lima
    - faixa adicional – Corinto
  - Ações concluídas em 2024 (até o período de referência):
    - Implantação de passarelas – Montes Claros

## 6. RODOVIAS

A melhoria e manutenção da infraestrutura das rodovias mineiras é a principal ação da Seinfra junto ao DER.

Neste sentido, há investimento para recuperação funcional de pavimento, recuperação e reconstrução de pequenas pontes, melhoramento e pavimentação.

### PROVIAS

O Programa se divide em dois eixos: recuperação funcional, com objetivo de promover melhorias no pavimento das estradas em pior estado de conservação; e pavimentação e construção de pontes, com foco em viabilizar novas ligações entre importantes regiões de Minas Gerais.

As intervenções visam reverter a situação precária em que se encontram muitas rodovias mineiras devido ao baixo investimento realizado por gestões anteriores na manutenção das estradas. No total, são mais de cem obras de recuperação funcional e de pavimentação e construção de pontes.

A Seinfra, por meio do DER-MG, promove a melhoria e manutenção das rodovias do Estado. Esses empreendimentos podem ser observados nos mapas abaixo, que indicam a

### Mapa de Minas Gerais com os empreendimentos

142 Empreendimentos em todas as regiões de Minas Gerais



**R\$ 4,58 bi**

Valor Total Previsto

**4,15 mil**

Extensão Total (km)

**Empregos  
62,79 mil**

Diretos e Indiretos

**142**

Empreendimentos